Puericultura & Pediatria
Jornal Científico do IPPMG

Editorial

Nutrição no contexto das doenças crônicas não transmissíveis na infância

Patricia de Carvalho Padilha[1] / ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0221-7732

[1]Professora Associada do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) e do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do Núcleo de Estudos em Nutrição e Pediatria da UFRJ

A crescente prevalência de doenças crônicas na infância impõe à pediatria um duplo desafio: tratar condições complexas e, simultaneamente, intervir sobre determinantes modificáveis que moldam o curso da doença ao longo da vida. Nesse contexto, a nutrição emerge não apenas como suporte terapêutico, mas como elemento essencial para a evolução clínica e para as possibilidades de cuidado.

Evidências recentes reafirmam que o estado nutricional influencia diretamente o desenvolvimento e a progressão de doenças crônicas pediátricas, incluindo condições metabólicas, inflamatórias e genéticas. Alterações na ingestão alimentar, na composição corporal e no metabolismo energético interagem com processos inflamatórios e imunológicos, modulando tanto a gravidade quanto a resposta ao tratamento. Além disso, intervenções terapêuticas, frequentemente indispensáveis, podem agravar distúrbios nutricionais, criando um ciclo de vulnerabilidade que exige abordagem integrada e contínua.

A compreensão desse processo ultrapassa a visão tradicional da nutrição como componente adjuvante. O avanço das abordagens de nutrição personalizada, sustentadas por condutas mais assertivas e individualizadas, aponta para uma mudança de paradigma na prática assistencial. Crianças com doenças crônicas não transmissíveis e condições crônicas complexas apresentam respostas heterogêneas às intervenções dietéticas, o que reforça a necessidade de estratégias individualizadas, capazes de integrar fatores biológicos e ambientais. No entanto, a incorporação dessas ferramentas à prática clínica ainda enfrenta desafios relacionados à viabilidade, equidade e padronização.

No contexto brasileiro, é fundamental que a prática clínica esteja alinhada às políticas públicas de alimentação e nutrição e seja garantida pelo conceito pleno de segurança alimentar. O Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos estabelece princípios fundamentais para a promoção da alimentação adequada e saudável desde o início da vida, valorizando o aleitamento materno, a introdução alimentar oportuna e a redução do consumo de alimentos ultraprocessados. Esses elementos são centrais não apenas para a prevenção, mas também para o manejo das doenças crônicas na infância, especialmente diante do avanço da obesidade e de outras condições associadas.

Ao mesmo tempo, não se pode negligenciar o papel da nutrição nos primeiros anos de vida. O conceito de origem desenvolvimentista da saúde e da doença consolida a ideia de que exposições nutricionais precoces influenciam o risco de doenças crônicas ao longo de todo o curso de vida. A inadequação alimentar em períodos críticos compromete não apenas o crescimento e desenvolvimento, mas também apresenta bases biológicas que predispõem a doenças cardiovasculares, diabetes tipo 2 e outras condições não transmissíveis.

Na prática clínica, observa-se o crescente interesse por suplementos nutricionais e intervenções específicas. Embora muitos desses apresentem plausibilidade biológica e

efeitos sobre marcadores do estado nutricional e desfechos clínicos, os resultados destacam a necessidade de práticas baseadas em evidências científicas, com rigor metodológico e abordagem planejada na incorporação dessas estratégias ao cuidado pediátrico. A indicação de suplementos deve ser pautada em critérios técnicos e éticos, fundamentada no raciocínio clínico e integrada a um plano terapêutico viável.

Diante desse panorama, torna-se prioritário reafirmar o papel do nutricionista como membro essencial da equipe multidisciplinar no cuidado às crianças com doenças crônicas. Sua atuação deve transcender a prescrição dietética, incorporando avaliação sistemática, monitoramento longitudinal e integração efetiva com a equipe. Mais do que intervir sobre desfechos imediatos, trata-se de influenciar trajetórias de saúde, de vida.

Investir em nutrição na infância é, portanto, uma estratégia clínica, científica e de responsabilidade social, representando um compromisso a curto, médio e longo prazo. Ao reconhecer a alimentação como afeto, cuidado e parte do eixo central no manejo das doenças crônicas pediátricas, alinhada às diretrizes nacionais, avançamos não apenas no cuidado individual, mas na construção de uma pediatria orientada para o futuro. Como expressa Louise Glück, prêmio Nobel de Literatura em 2020, “vemos o mundo uma única vez; o restante é memória”.

REFERÊNCIAS

1. Fischer L, Muleta H, Essel K. Narrative review: food as medicine across the pediatric age continuum. Curr Opin Pediatr. 2024 Feb 1;36(1):23-32. doi: 10.1097/MOP.0000000000001313.

2. Towner EK, Gibbs HD, Hu E, Patton SR. Systematic review of interventions for dietary adherence in pediatric disease management. J Pediatr Psychol. 2025 Jul 1;50(7):676-698. doi: 10.1093/jpepsy/jsae109.

3. Escobedo-Monge M, Lustig RH, Suchkov S, Blokh S, Andronova N, Goryacheva O, Moyseyak MB, Vlasov T, Solís Herrera A, Polyakova V, Antonova E, Tuykavin A. Personalized Nutrition in Pediatric Chronic Diseases. Metabolites. 2025 Sep 30;15(10):653. doi: 10.3390/metabo15100653.

4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primaria à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primaria à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019.